



Editorial

Prof. Doutor Fernando Araújo
Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Foi com enorme prazer que aceitei o desafio de escrever o editorial desta edição da Revista da Sociedade Portuguesa de Oftalmologia – uma referência para todos os Oftalmologistas e aqueles que trabalham na área da saúde visual. Na verdade, a saúde visual é uma das prioridades do XXI Governo Constitucional. Como é reconhecido mundialmente, a visão é um sentido essencial. Possui um elevado significado social e representa um meio de comunicação fundamental para a relação entre as pessoas e para a atividade profissional. Deste modo, é essencial preservá-la desde o nascimento, sendo imperativo prevenir e tratar a doença visual, a qual provoca sempre uma diminuição da qualidade de vida (com repercussões negativas a nível pessoal, familiar e profissional), além de causar elevados custos sociais.

Assim, o Governo estabeleceu como objetivo expandir e melhorar a capacidade da rede dos Cuidados de Saúde Primários, dando particular ênfase à ampliação da cobertura do Serviço Nacional de Saúde (SNS) na área da visão. Nesse sentido, por iniciativa do Ministério da Saúde, o Plano Nacional para a Saúde Visual (PNSV) foi recentemente atualizado. O novo PNSV assume como prioridade a redução da prevalência de problemas de saúde visual não diagnosticados nas crianças, nos jovens e na população adulta. Entre estes, foi merecedora de especial atenção a problemática da ambliopia.

A ambliopia é um reconhecido problema de saúde pública, representando a causa mais frequente de perda e diminuição de visão nas crianças. As consequências associadas à ambliopia são notórias durante toda a vida dos seus doentes, assumindo complexas e amplas dimensões individuais e sociais, que incluem fatores individuais de bem-estar, aprendizagem e auto-confiança, bem como fatores relacionados com a diminuição da produtividade e os custos do seu tratamento. Numerosos estudos demonstraram já o benefício económico (para além do óbvio benefício social e individual) do seu rastreio e diagnóstico precoce. Neste âmbito, e com o objetivo de dar seguimento aos compromissos assumidos com os Portugueses, o Ministério da Saúde, em articulação com a Sociedade Portuguesa de Oftalmologia e o Colégio da Especialidade de Oftalmologia da Ordem dos Médicos, decidiu iniciar uma experiência piloto para o rastreio de Saúde Visual Infantil (RSVI), direcionado à deteção precoce de fatores ambliogénicos.

Nesta edição da Revista é publicado um artigo particularmente relevante neste âmbito, sob o título “A Eficácia do Plusoptix A09 na deteção de Fatores de Risco Refrativos para Ambliopia”. Neste estudo retrospectivo, os autores compararam a eficácia diagnóstica do Plusoptix® – um instrumento portátil, fácil de usar e que se baseia no princípio da fotorrefração para identificar erros refrativos com potencial ambliogénico – com o *gold-standard* para este efeito – a esquiastopia sob cicloplegia. Como salientado neste artigo, existe ainda alguma controvérsia na eficácia da fotorrefração sem cicloplegia para a deteção de erros refrativos com potencial ambliogénico, nomeadamente devido à amplitude limitada de erros refrativos detectáveis. Utilizando a mais recente versão do Plusoptix® (A09), mais de 400 crianças, com idades entre os 2 e os 16 anos, foram avaliadas neste estudo. Os resultados demonstram uma elevada sensibilidade e especificidade (85% e 90%, respetivamente) para o diagnóstico em causa, particularmente no que toca à miopia e astigmatismo. No que toca à hipermetropia, os autores sugerem um ponto de corte (erro refrativo) mais baixo do que o convencionalmente estabelecido, de modo a obter valores comparáveis de sensibilidade. Esta é uma conclusão essencial para a otimização dos critérios de referência antes de utilizar este instrumento como um instrumento de rastreio. De modo interessante, os autores salientam que uma das limitações do estudo publicado é que se baseia numa população da consulta de Oftalmologia Pediátrica de um Hospital, o que necessariamente introduz um *bias* de seleção.

O projeto piloto para o rastreio de fatores ambliogénicos, agora iniciado no âmbito do PNSV, irá contribuir com dados absolutamente cruciais neste âmbito. Tendo sido iniciado a 18 de Abril de 2016, nos ACES de Gondomar, Maia/Valongo, Porto Oriental e Porto Ocidental, da ARS Norte, será fundamental para uma análise de base populacional, da eficácia da fotorrefração como método de rastreio, englobando todas as crianças com 2 anos e será repetido aos 4/5 anos. Além disso, decorridos aproximadamente 3 meses desde o início desse projeto piloto, foram já rastreadas 1.338 crianças, com uma percentagem de 18% de casos positivos que mereceram devido encaminhamento para os serviços de oftalmologia das duas instituições hospitalares participantes no projeto, Centro Hospitalar de São João e Centro Hospitalar do Porto. Estes são apenas dados preliminares que, merecerão monitorização alargada ao longo do tempo, ao abrigo de uma parceria institucional com a Universidade de Harvard, Departamento de Oftalmologia, Massachusetts *Eye and Ear Infirmary*, Boston, Estados Unidos da América. Estou convicto que esta parceria científica irá ter um impacto concreto no aumento da qualidade científica e das publicações baseadas na experiência Portuguesa, na área da ambliopia. Num período em que o SNS continua a ser confrontado com grandes desafios orçamentais, a implementação desta iniciativa piloto em 4 ACES da ARS Norte é prova de que, quando mobilizados os interlocutores certos, é possível fazer mais, rentabilizando recursos.

Acreditamos que com esta iniciativa piloto e com o trabalho intenso e de excelente qualidade dos profissionais, iremos contribuir para melhorar o acesso aos cuidados de saúde visual dos Portugueses e, assim, reduzir o impacto destas patologias debilitantes na sua qualidade de vida.

Prof. Doutor Fernando Araújo
Secretário de Estado Adjunto e da Saúde